

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 09 de abril de 2015.

PEDRO HENRIQUE GENOVA DE CASTRO
SECRETÁRIO GERAL DO TJCE

PORTARIA Nº 866/2015-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73 e de acordo com a portaria nº 1305/2012, de 14.08.12.

RESOLVE autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos ao **Dr. ANTONIO CARNEIRO ROBERTO**, Juiz de Direito da vara única da comarca de **FRECHEIRINHA-CE**, da importância de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** à conta da dotação 33903000 FR 00, do vigente orçamento de 2015, conforme Nota de Empenho nº **0968**, relativa ao processo nº 8500005-16.2015.8.06.0079, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 09 de abril de 2015.

PEDRO HENRIQUE GENOVA DE CASTRO
SECRETÁRIO GERAL DO TJCE

PORTARIA Nº 223/2015 - SGP

Dispõe sobre concessão de diárias para servidor.

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência que trata a Portaria 452/2013, publicada no Diário da Justiça do dia 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500003-96.2015.8.06.0030,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em favor de **MISYA BEZERRA POSSIDÔNIO**, Diretora de Secretaria, Matrícula nº 10569, lotada na Vara Única da Comarca de Parambu, 01 (uma) diária sem pernoite, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), em razão de viagem à Comarca de Crateús, no dia 10 de fevereiro de 2015, para participar do curso de Sistemática de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento na Carreira.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 09 de abril de 2015.

Vlândia Santos Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

0241536-68.2000.8.06.0000 - Precatório. Credora: SEGredo DE JUSTIÇA (Espólio). Devedor: SEGredo DE JUSTIÇA. Advogada: Tania Maria Carneiro Silva (OAB: 6466/CE). Advogado: Cid Alcides Campos (OAB: 3092/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Marco Aurelio Montenegro Goncalves (OAB: 3549/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - Observo, consoante informação de pág. 247, que há processo sucessório em trâmite na 1ª Vara Cível da Regional de Bangu do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 0025819-89.2009.8.19.0204. Instados sobre os cálculos de atualização, credora e devedor reconheceram a regularidade. O Estado do Ceará, no entanto, reclamou a apuração dos tributos incidentes no pagamento e solicitou prévia intimação da parte credora para que diga se o crédito, ou parte dele, foi ou não objeto de cessão a terceiros. Pois bem. Ante os termos do requerimento de pág. 250, percebe-se que o ente devedor, ao menos aparentemente, não foi cientificado da realização de cessão, total ou parcial, tendo como objeto o crédito objeto destes autos. Certo de que a cessão de precatório só produz efeitos depois de sua formal comunicação ao ente devedor e ao Tribunal de origem do precatório, não se veem razões jurídicas para o deferimento do pedido estatal acima citado, mormente diante da ausência de registro nos autos quanto à ocorrência de aludido negócio jurídico. Ademais, nos casos em que eventualmente ocorrida cessão de todo o precatório, ou de parte dele, sem cumprimento, pelo credor, dos deveres trazidos nos §§ 13 e 14 do art. 100 da Constituição Federal, art. 17 da Res. 115/2010 do CNJ e art. 567, II, do CPC, o pagamento integral do crédito ao exequente em nada invalidará ou alterará o cumprimento da obrigação precatorial pelo ente público. A questão que se colocaria a desate, em tais circunstâncias, ante a ausência das imprescindíveis formalidades, deverá ser resolvida - perante as vias ordinárias, e possivelmente criminal, inclusive - entre os próprios atores da cessão de crédito supostamente convolada. Sendo assim, indefiro, quanto ao ponto, o pedido do ente, facultando, porém, até o momento do efetivo pagamento, à parte interessada declarar o que, quanto a esse tema, lhe